

23/01: Paramos contra a injustiça e a retirada de direitos!



SAÚDE DE SERVIDOR NÃO VALE MENOS QUE A DE JUIZ!

Enquanto magistrados receberam até mais de R\$ 100 mil com penduricalhos, categoria amarga redução de 25% na tabela do auxílio e do custeio à saúde.

A categoria foi surpreendida com a redução do auxílio-saúde para servidores e servidoras neste mês de janeiro. A gota d'água de uma política injusta, uma imoralidade que, na prática, fere o princípio da irredutibilidade salarial. Enquanto magistrados recebem fortunas com penduricalhos e a gestão Beatriz de Lima Pereira mantém a quebra da isonomia na distribuição do orçamento para a assistência em saúde.

Mesmo quando o CSJT determinou que o piso para auxílio-saúde aos juízes deveria passar por avaliação orçamentária para

toda a JT, o TRT-2 manteve a benesse para os magistrados e usou o argumento do CSJT para engavetar o pedido de retomada da isonomia (Proad 28.534/2022), já há quase dois anos.

Agora, enquanto teve juiz recebendo mais de R\$ 100 mil em dezembro, com um combo de benesses liberados pela administração, trabalhadores e trabalhadoras se veem de uma hora para outra com 25% menos do valor do auxílio-saúde/custeio à saúde. Após anos de congelamento salarial e defasagem dos benefícios. Um escárnio inaceitável!

Magistrados têm garantidos, no mínimo, R\$ 2.035,49 (6% do subsídio do substituto), enquanto servidores amargam redução e insegurança de quanto vão receber

Exemplo:

Servidor sem dependentes de 36 anos SETEMBRO/23 (84% do plano básico oferecido pelo Tribunal): R\$ 691,29
JANEIRO/24 (63% do plano básico oferecido pelo Tribunal): R\$ 518,47
**Valores das tabelas publicadas na intranet, sem vigência predeterminada, com base na faixa etária do beneficiário e sujeitos a disponibilidade orçamentária.*

Magistrado sem dependentes de 36 anos SETEMBRO/23 (6% do subsídio do juiz substituto): R\$ 2.035,49
JANEIRO/24 (6% do subsídio do juiz substituto): R\$ 2.035,49
**Garantia de indexação do benefício a recomposições salariais e irredutibilidade. Inicialmente são aplicados os valores da tabela por faixa etária, em seguida é garantido incremento para que o piso seja pago ao grupo familiar, desde que limitado à despesa apresentada.*

** Todos os servidores, inclusive em estágio probatório, têm proteção legal para participar de greve (confira as orientações jurídicas nas mídias da entidade). Por isso, vamos paralisar neste dia 23 (terça) e realizar um ato a partir das 13 horas no átrio do Fórum Ruy Barbosa (Avenida Marquês de São Vicente, 235 - Barra Funda), com sala virtual para os colegas em teletrabalho e que não puderem se deslocar.*

** Quem está em teletrabalho também NÃO deve realizar suas tarefas.*

** O Sindicato vai disponibilizar van da Baixada Santista e reembolsar o transporte de grupos a partir de três servidores de outros fóruns para a Barra Funda. Organize seu grupo e entre em contato pelo WhatsApp (11) 99163-6903.*

A situação é grave! A solução é luta! E se a administração não mudar a política, vamos à greve!

QR Code da sala virtual



Quase dois anos na luta por um direito

22/06/2022 - Com o voto da dr^a Beatriz, o Órgão Especial do TRT-2 deu provimento a recurso da Associação dos Magistrados e concedeu critério diferenciado de custeio e auxílio-saúde, excluindo os servidores. O Sintrajud imediatamente pediu isonomia e o pedido foi encaminhado pela Presidência ao Órgão Especial

27/04/2023 - Reunião do Sindicato com a relatora do processo, desembargadora Elizabeth Mostardo

19/05/2023 - Reunião com o presidente do TST/CSJT, ministro Lelio Bentes, tratou da injustiça imposta no TRT-2

22/05/2023 - Reunião com a secretária-geral adjunta do CSJT, Flávia Beatriz Eckhardt

26/06/2023 - O pedido do Sintrajud entrou na pauta do Órgão Especial, o Sindicato realizou um ato simbólico no dia da votação, mas o assunto foi retirado da pauta sob a justificativa de um ofício do CSJT que informava que seria estudada uma solução para toda a JT. No mesmo dia, a diretoria do Sindicato dialogou com o secretário-geral do Conselho, Bráulio Gusmão, e oficiou pedido de medidas urgentes contra a diferença nos pagamentos. Teve início a coleta de assinaturas em um abaixo-assinado movido pelo Sindicato

04/07/2023 - Em audiência com a presidente do TRT-2, a diretoria do Sindicato cobrou análise do processo no Órgão Especial

07/07/2023 - Reunião com a juíza-auxiliar da Presidência do CNJ, Carmen Izabel Centena Gonzalez, pauta novamente a questão da quebra da isonomia

09/08/2023 - Em nova reunião com o secretário-geral do CSJT, a demanda foi reiterada pela diretoria do Sindicato

16/08/2023 - O assunto foi novamente discutido em reunião com o vice-presidente do

TST, ministro Aloysio Corrêa

23/08/2023 - Durante a correição no Regional, a Corregedora-Geral da JT, ministra Dora Maria da Costa, recebeu o Sindicato para tratar do pedido de retomada da isonomia

15/09/2023 - O TRT-2 anunciou incremento do valor do benefício em razão de disponibilidade orçamentária, em meio à mobilização da categoria

21/09/2023 - Ato no átrio do Fórum Ruy Barbosa ressalta: **Saúde de servidor não vale menos que a de juiz!**

28/11 e 12/12/2023 - CSJT publicou a destinação de cerca de R\$ 17 milhões em suplementação orçamentária para assistência em saúde no TRT-2 (para juízes e servidores)

14/12/2023 - Diretor-geral informou ao Sindicato em audiência que a administração assumiria o compromisso de distribuir da melhor forma a margem orçamentária a fim de reduzir o impacto da alta do plano para os servidores (o que resultou no custeio de 100% do valor do plano básico retroativamente a junho e parte do valor descontado em maio) e não reduzir abruptamente a participação do Tribunal no custeio a partir de janeiro deste ano.

16/01/2024 - Redução de 25% no valor do benefício de custeio à assistência em saúde gerou indignação e assembleia no dia 18, com mais de 260 presentes, aprovou dar um salto na mobilização e paralisar as atividades neste dia 23, com indicativo de greve



SAÚDE DE SERVIDOR NÃO VALE MENOS QUE A DE JUIZ!